Página 13
PT
Nº 169 SET/2017
UM JORNAL A SERVIÇO DO PT DEMOCRÁTICO, SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIO
Brasil 1917
Russia 1917
100 anos depois,
a luta continua!

Eleição sem Lula é fraude

Lula em Cruz das Almas, BA. Foto: Ricardo Stuckert

A coalizão golpista tem unidade estratégica em torno de três objetivos: reduzir o salário direto e indireto pago para a classe trabalhadora; reduzir as liberdades democráticas; alinhar o Brasil com a política externa dos EUA e seus aliados.

Desde o golpe a coalizão vem conseguindo implementar seu programa. Entretanto, há dificuldades, que podem se avolumar e desembocar numa derrota eleitoral das candidaturas vinculadas ao golpismo.

Por isto a coalizão golpista vem buscando maneiras de interditar a candidatura Lula, inviabilizar o funcionamento do PT, dificultar a ação do movimento sindical, criminalizar a resistência popular e bloquear as brechas eleitorais da esquerda, por exemplo através do parlamentarismo, do voto distrital ou "distritão", bem como vitaminando candidaturas populistas de direita.

Os golpistas têm à sua disposição, hoje, duas táticas para enfrentar 2018: a) a de buscar interditar a vitória eleitoral da esquerda e b) a de buscar derrotar eleitoralmente a esquerda. Já a esquerda, embora disponha de várias táticas, só dispõe de uma com potencial de vitória eleitoral em 2018: a candidatura, a campanha e a eleição de Lula presidente da República.

A caravana de Lula pelo Nordeste dá o tom do que pode ser ter Lula na disputa eleitoral em 2018.

Multidões se avolumam nos rincões nordestinos para receber o ex-presidente, que apesar da perseguição judicial e da guerra midiática contra a sua imagem, continua sendo recebido de forma calorosa e emocionada pelos brasileiros e brasileiras que sentiram na pele a melhora nas suas condições de vida durante os governos petistas.

Na Bahia e em Sergipe, estados onde a caravana passou até o fechamento desta edição, a recepção a Lula foi acompanhada de grande apoio popular a sua candidatura a presidente em 2018.

Também por isto não devemos subestimar até onde o golpisno irá para impedir que

EXPEDIENTE

Página 13 é um jornal publicado sob responsabilidade da direção nacional da Articulação de Esquerda, tendência interna do Partido dos Trabalhadores.
Circulação interna ao PT. Matérias assinadas não refletem, necessariamente, a posição da tendência.
ISSN 2448-0150-169
Direção Nacional da AE: Adriano de Oliveira/RS, Adriele Manjabosco/RS, Ananda de Carvalho/RS, Ângela Melo/SE, Bruno Elias/DF, Cândida Rossetto/RS, Conceição Maria de Sousa/PI, Damárci Olivi/MS, Daniela Matos/DF, Divonaldo Barbosa/PE, Edivan França/PI, Eduardo Nunes Loureiro/GO, Eleandra Raquel Koch/RS, Eliane Bandeira/RN, Elisa Guaraná de Castro/DF, Emilio Font/ES, Francisco dos Santos/MS, Ismael Cesar/DF, Izabel Cristina da Costa/RJ, Jandyra Uehara Alves/SP, Janine Azevedo/MG, João Luís Lemos/SP, João Paulo Furtado/MG, Júlio Quadros/RS, Laura Paz/RS, Leirson Silva/PA, Lício Lobo/SP, Margarida Calixto/SP, Mariuza Guimarães/MS, Múcio Magalhães/PE, Natália Sena/RN, Olavo Carneiro/RJ, Pamela Kenne/RS, Rafael Tomyama/CE, Raquel Esteves/PE, Renan Brandão/RJ, Rodrigo Cesar/SP, Rosana Ramos/DF, Rubens Alves/DF, Sônia Aparecida Fardin/SP, Tadeu Brito/SE, Ualid Rabbah/PR, Valter Pomar/SP. Comissão de ética: Ana Lídia/SP, Diego Pitirini/RS, Irene dos Santos/SP, Jonatas Moreth/DF. Suplentes da comissão de ética: Giucelia Figueiredo/PB, Wagner Lino/SP
Edição: Valter Pomar e Emilio C. M. Font **Secretaria Gráfica e Assinaturas:** Edma Walker edmawalker@gmail.com
Endereço para correspondência: R. Silveira Martins, 147 conj. 11 - Centro - São Paulo - SP - CEP 01019-000 Acesse: www.pagina13.org.br

Foto: Ricardo Stuckert

retomemos o governo federal.

Caso a direita interdite Lula, qualquer que seja a reação da esquerda, as chances de vitória eleitoral em 2018 serão muito reduzidas. Mas mesmo que seja candidato, a eleição de Lula está longe de ser o único cenário.

Alternativas como novo golpe, parlamentarismo e inclusive uma vitória eleitoral da direita estarão também colocadas.

Motivos pelos quais devemos insistir na mobilização de massas em defesa dos direitos.

Mesmo que não tenhamos êxito imediato, isto acumula forças para uma vitória na batalha eleitoral e, mesmo em caso de derrota em 2018, acumula forças para a resistência posterior.

E radicalizar o tom e a atitude na resistência, inclusive no parlamento, onde devemos tomar como parâmetro mínimo de atuação a atitude das bravas senadoras que ocuparam a mesa do Senado. Contra a violência, a desobediência civil é mais do que legítima, é necessária e recomendável sempre e quando seja compreensível para o povo.

Cabe, também, evitar as armadilhas postas para o PT no debate sobre a possível interdição de Lula. Por exemplo naturalizar a interdição, como se fosse algo banal, frente ao que o PT deveria agir com naturalidade, lançando ou apoiando outro nome. Pensamos o oposto: interditar Lula, assim como a possível adoção do parlamentarismo e o fim do voto proporcional, seria uma violência imensa contra a democracia, contra a esquerda, contra a possibilidade dos setores populares voltarem a governar o Brasil. Nossa reação a isto não pode e não deve ser banal.

Outra armadilha consiste em considerar que a interdição é inevitável e, portanto, preparar desde já as alternativas. Pensamos o seguinte: a interdição é muito provável e devemos nos preparar. Mas "nos preparar" não pode significar nada que naturalize e banalize a violência cometida contra nós, nem tampouco podemos abrir mão de lutar até a última possibilidade.

Reiteramos não existir "plano B": eleição sem Lula é fraude. E é muito complexo decidir o que fazer diante de uma fraude. A esse respeito, basta dizer que -- caso a interdição venha mesmo a ocorrer, esgotadas todas as alternativas -- o PT teria diante de si três grandes alternativas: o boicote (ativo ou passivo, geral ou parcial); o lançamento de outra candidatura petista; o apoio à alguma candidatura de outro partido.

Tanto a mídia oligopolista quanto setores do Partido já vêm projetando candidaturas. Entretanto, além disto poder ajudar a legitimar a fraude, há que considerar que dentre os nomes lembrados, não há candidatura melhor que a de Lula, seja do ponto de vista eleitoral, seja do ponto de vista político-programático. Aliás, dificilmente uma candidatura alternativa poderia ser escolhida, sem que houvesse uma disputa. Finalmente, numa eleição que "sem Lula é uma fraude", uma candidatura alternativa seria "para valer" ou uma anticandidatura de protesto?

O apoio a uma candidatura de outro partido apresentaria problemas semelhantes: o PT estaria sendo levado a ajudar a construir uma alternativa a si mesmo, enquanto partido que desde 1989 hegemoniza de fato a esquerda brasileira.

Finalmente, cabe lembrar que não está descartado que a interdição se estenda ao próprio PT e ao conjunto da esquerda. Portanto, devemos insistir na mobilização de massas em defesa dos direitos; radicalizar o tom e a atitude na resistência; esclarecer a população sobre os perigos; não banalizar a violência que se está praticando, nem aceitar o debate sobre o "plano B"; não abrir mão de lutar até que a última possibilidade esteja esgotada.

Só neste cenário, caberia discutir o que fazer, levando em consideração não apenas os efeitos táticos da opção, mas também os seus efeitos estratégicos, que devem ser coerentes com uma nova orientação, que abandone a política de conciliação de classes, retomando a defesa de um programa de reformas estruturais articulado com o socialismo.

É nestes termos que compreendemos a importância da defesa de Lula e, também, da mobilização que ele vem liderando por todo o país, a começar pela caravana do Nordeste. ★

Os editores

Passagem de Lula por Sergipe foi um sucesso

Rubens Marques de Sousa

O circuito de Lula pelo Nordeste com a sua caravana mudou a rotina das cidades por onde passou, e pautou não só a imprensa como também todas as rodas de conversa possíveis. Durante três dias (20, 21 e 22 de agosto) o assunto em Sergipe foi Lula e com certeza vai continuar sendo por muito mais tempo.

A impressão que passou foi a de que o ex-presidente está mais popular, mais amado pelo povo do que quando estava exercendo a presidência, e isso ficou claro nas declarações de pessoas de todas as idades, como também nas manifestações.

O fenômeno Lula conseguiu atrair até aqueles que apoiaram o golpe que depôs Dilma da presidência. Muitos deles foram às solenidades de homenagem ao presidente de honra do PT, só para tirar uma foto e entrar para os anais da história.

Quem tentou pegar carona na popularidade de Lula se deu mal, a exemplo do Governador Jackson Barreto (PMDB), que foi vaiado nas duas atividades em que compareceu. Ele reproduz em Sergipe o que Temer implementa nacionalmente.

Caravanas saíram de longe, até de estados vizinhos, só para ver Lula e tentar dar um abraço. Em vários momentos, quando o coro formado por milhares de vozes entoava o jingle da caravana, o povo se emocionava e chorava, inclusive o próprio Lula.

A direita ficou perplexa com o vigor da militância do Partido dos Trabalhadores, que andava cabisbaixa, mas que com a chegada de Lula reacendeu o fogo da esperança e a vontade de guerrear em defesa da volta da democracia e do PT no comando do país, por isso ganhou o movimento sindical, ganhou o movimento social, ganhou a esquerda, com a presença marcante de Lula.

Chegada de Lula a Sergipe. Foto: Ricardo Stuckert

Lula encontra vaqueiro mais velho do estado em Nossa Senhora da Glória Sergipe. Foto: Ricardo Stuckert

Ele se mostrou muito concentrado em todas as atividades, e a sua paciência para ouvir as pessoas também chamou a atenção. Em nenhum momento ele demonstrou irritação com os longos depoimentos e fez questão de interagir com todas as falas.

Criou-se em Sergipe um clima de disputa saudável, para ver qual a cidade que mobilizava mais gente para as atividades com Lula, e hoje é difícil saber quem botou mais gente e quem fez mais bonito, só sei que a esquerda saiu no lucro.

A tese de que o “PeTismo” é maior do que o próprio PT é verdadeira, isso porque a maioria das pessoas que foram ao encontro de Lula nunca viram uma ficha de filiação do Partido, e nem por isso defendem e acreditam menos do que quem tem filiação.

O maior cabo eleitoral do PT e de Lula tem sido o governo golpista e a suas maldades contra as camadas mais pobres da população. O povo agora tem clareza de que o golpe contra Dilma foi um meio para retirar direitos históricos da classe trabalhadora e frear os avanços sociais.

A maioria do eleitorado percebe que somente o PT será capaz de devolver o direito dos mais pobres voltarem a sonhar com um futuro melhor, e enxerga em Lula o único em condições para dirigir esse projeto.

O petista foi abraçado e homenageado por médicos e advogados que ingressaram nas universidades através dos programas sociais dos governos petistas, e se emocionou quando uma jovem que se formou em administração devolveu (simbolicamente) o cartão do Bolsa Família ao ex-presidente.

Lula só não será presidente em 2018 se for interditado através de artifícios jurídicos ilegais, caso contrário a partir de janeiro de 2019 o PT retomará as mudanças que foram barradas com o golpe.

Por fim, depois que Lula encerrar a sua caravana, o judiciário terá que pensar muito antes de consumar a perseguição com a prisão do homem mais popular da América Latina e um dos mais populares do mundo. ★

Rubens Marques de Sousa é presidente da CUT Sergipe, militante petista e integrante da Frente Brasil Popular

Para ouvir o povo e para radicalizar

Tadeu Brito

A Caravana da Esperança ou simplesmente, "Lula pelo Brasil", teve inicio na Bahia em 17 de agosto. Houve corpo a corpo com os trabalhadores e trabalhadoras que constroem a ampliação do Metrô em Salvador, seguido de ato no Estádio da Fonte Nova. Nos dias posteriores, as atividades foram nos municípios de Cruz das Almas, São Francisco do Conde, Feira de Santana e Jandaira. Impossível não citar a emocionante formatura dos estudantes da UNILAB, em Cruz das Almas, da qual Lula foi patrono.

Ainda para o registro das atividades em terras baianas, Lula concedeu uma entrevista a Mário Kertész, afirmando que Henrique Meireles foi muito importante no seu governo e que Dilma deveria ter colocado Meireles no lugar de Levi. A chave de leitura de Lula sobre este assunto está um tanto equivocada em minha opinião. Explico: fosse um ou outro agente do mercado financeiro, o plano de ajuste fiscal do início de 2015 seria o mesmo, ou seja, ajudaria, como ajudou, aos golpistas a criar as condições perfeitas (falo principalmente da perda de apoio do governo Dilma junto a classe trabalhadora) para o golpe, consumado em abril 17 de abril de 2016.

Voltando à Caravana da Esperança: em Sergipe, Lula e sua Caravana passaram dois dias e meio intensos em diversas atividades de diálogo com a população e homenagens pelos municípios de Estância, Lagarto, São Domingos, Campo do Brito, Itabaiana, Nossa Senhora da Glória, Aracaju e Japoatã.

Lula na travessia do Rio São Francisco. Foto: Ricardo Stuckert

Lula e sua comitiva atravessaram o Rio São Francisco, rumo ao estado de Alagoas, na lancha "Maravilhosa", enquanto o ônibus seguiu o rio pela balsa que liga Neópolis/SE ao município de Penedo/AL.

Todas as atividades da Caravana em Sergipe demonstrarem o carinho e apego do povo trabalhador com Lula. Posso resumir num gesto de um senhorzinho do Município de Canindé do São Francisco, que ao participar da atividade em Nossa Senhora da Glória disse num comentário rápido após a fala de Lula: "estou há três dias sem dormir direito esperando pra ver Lula" e olhando pro céu do Sertão completou "... menino, se Lula não voltar a ser presidente, vamos sofrer ainda mais".

Um fato que não deve deixar de ser relatado são as vaias que o atual Governador Jackson Barreto pegou nas duas atividades que falou. Em Estancia, driblou a rejeição popular pedindo aplausos para Lula. Mas as vaias que Jackson recebeu em Glória foram permanentes e intensas, a ponto do governador perder o "time" para elogiar Lula como deveria ou bater nas medidas do seu amigo Temer. Totalmente fora do eixo, Jackson aos berros passou a repetir que "a luta dos trabalhadores da educação foi o motivo da morte de Deda". Um absurdo completo. Sabemos que o câncer que acometeu o companheiro Deda e tantos outros petistas e trabalhadores não deve ser ridicularizado ou utilizado como chantagem política para encobrir o sucateamento e a privatização dos serviços públicos estaduais.

Na plenária da Frente Brasil Popular com Lula na manhã do dia 22/8, o ocorrido em Gloria foi tratado em diversas falas. Outras tantas intervenções abordaram a necessidade de por em prática a palavra de ordem "eleição sem Lula é fraude!". Lula falou ao final e muito tranquilamente cobrou que a Caravana pelos demais Estados deve garantir momentos de dialogo aberto e direto com os movimentos sindicais, onde todas as opiniões apareçam. Recebeu da companheira Ana Lucia, Ângela Melo, Roberto Silva e Rubens Marques todo um diagnostico da péssima relação que o governo do PMDB tem com a CUT/SE e o Sindicato dos trabalhadores da Educação.

A Caravana segue por todo Nordeste até o Maranhão. Com certeza, muitas outras emoções e tensões existirão. Como diz a nota da direção estadual da AE/SE "oportunismo de uns e a capitulação de outros não nos fazem confundir as coisas. Estaremos recebendo Lula e participando de sua passagem" por todo Nordeste Brasileiro. Por fim, na contra mão do elogio aos tempos de Meireles, a palavra de ordem na plenária da Frente Brasil Popular foi a conhecida "eu quero ver o Lula lá, com um programa pra radicalizar". ★

Tadeu Brito é Secretário de Movimentos Populares do PT de Sergipe

Contribuição da Articulação de Esquerda ao debate do Congresso Extraordinário da CUT

O conteúdo deste texto é uma adaptação de parte do roteiro aprovado pela direção nacional da AE e que será debatido nos congressos municipais e estaduais preparatórios ao 4º Congresso Nacional da tendência petista Articulação de Esquerda, que ocorrerá nos dias 24 a 26 de novembro de 2017 e cujo único ponto de pauta do será "a estratégia de luta pelo socialismo no Brasil".

A crise do capitalismo

As principais características do atual cenário mundial são *as crises, as guerras e a instabilidade generalizada*. Estas características ao mesmo tempo *atualizam* e *recolocam num patamar superior* as contradições e os conflitos entre as classes sociais e os Estados, ao mesmo que tempo que fortalecem a possibilidade tanto de *desfechos revolucionários como contrarrevolucionários*.

As características citadas no ponto anterior decorrem de um conjunto de fatores, surgidos em diferentes momentos da história recente, mas que hoje se conjugam na composição do cenário internacional: a) a hegemonia sem precedentes do capitalismo no mundo b) a natureza do capitalismo contemporâneo, dominado pelo capital financeiro, que por sua vez está assentado e depende enormemente da concentração e centralização do capital; c) a profunda e duradoura crise do capitalismo, cujas causas e efeitos não foram superadas d) o declínio relativo da potência hegemônica, os Estados Unidos, que perderam peso econômico, vivem uma grande crise interna e tem sua hegemonia contestada; e) a ascensão de outros polos de poder, produzindo uma situação mundial crescentemente multipolar, o que não significa necessariamente um mundo pacífico; f) a formação de blocos, acordos e tratados, sintomas de desarranjo e crise, não de ordem e estabilidade; g) a disputa entre diferentes vias de desenvolvimento capitalista, cabendo às alternativas socialistas uma pequena influência, pois estão mais fracas do que já foram; h) a defensiva estratégica da classe trabalhadora, com o aumento das taxas de exploração, redução na remuneração, piora nas condições de trabalho e reversão de direitos sociais, conjugada com grande pressão por aumento da produtividade.

O momento internacional possui semelhanças inquietantes com algumas situações que deram origem à Primeira e à Segunda Guerra. Uma destas semelhanças diz respeito aos efeitos sociais, políticos e militares do liberalismo (naquela época) e aos efeitos políticos do neoliberalismo (nos dias de hoje). No início do século, a Europa e os EUA viviam sob a hegemonia do liberalismo. Como resultados, tivemos a ampliação da desigualdade social, a polarização política e a Primeira Guerra Mundial. Um dos seus desdobramentos foi a Revolução Russa de 1917. Noutros países da Europa, seja para superar a crise, seja para debelar a ameaça de uma revolução social, parcela crescente da classe dominante aderiu às teses do populismo de direita, que assumiu a forma do fascismo na Itália, do franquismo na Espanha e do nazismo na Alemanha. O populismo de direita dos anos 1930 não era liberal: pelo contrário, fez crescer o papel do Estado, do planejamento e do protecionismo nacionalista. Mas o populismo de direita era também expansionista, imperialista, racista, machista, misógino, antidemocrático, antisocialista e anticomunista. O resultado disto foi a Segunda Guerra Mundial.

Hoje o populismo de direita está de volta: Donald Trump nos EUA, Marine Le Penn na França, as forças fascistas e neonazistas na Ucrânia, Grécia e em diversos países do Leste Europeu, os partidos ultraconservadores cuja força eleitoral cresce em todos os países da Europa Ocidental, inclusive nos países nórdicos conhecidos por seu estado de bem-estar social. No Brasil e noutros países da América Latina, o populismo de extrema-direita também se faz presente. Tanto o neoliberalismo "globalista"- quanto o populismo de direita "protecionista" conduzem, por diferentes caminhos, ao agravamento da instabilidade, das crises e das guerras.

Por outro lado, o modelo do "bem estar" europeu desmorona e fica claro que só foi possível devido a três fatores combinados: a) a necessidade de competir e neutralizar a ameaça do socialismo soviético; b) os ganhos que a classe dominante europeia obtinha

> Os anos de 2017, 2018 e 2019 serão de imenso conflito, em âmbito nacional, regional e mundial. O papel da CUT é trabalhar intensamente para que a classe trabalhadora saia da condição atual de defensiva e retome a ofensiva

através do imperialismo, ganhos que possibilitaram que ela fizesse concessões à sua classe trabalhadora; c) a força da classe trabalhadora europeia, organizada em sindicatos e partidos capazes de arrancar estas concessões.

Vivemos, portanto, um momento de crise de um capitalismo que resiste a qualquer reforma, o que coloca sobre a mesa a necessidade do socialismo.

América Latina e Caribe

A América Latina e o Caribe foram vítimas, entre os anos 1960 e 1990, de governos ditatoriais e neoliberais. Entre 1998 (eleição de Chavez) e 2002 (eleição de Lula), teve início um ***ciclo*** de governos progressistas e de esquerda que, apesar das suas debilidades e diferenças, apontou num sentido oposto: ampliação do bem-estar e da igualdade social, ampliação das liberdades democráticas, soberania nacional e integração regional.

A partir da crise de 2008, de seus efeitos, da ação do governo dos Estados Unidos e da oposição de direita em cada país, somados aos erros e as limitações das experiências progressistas e de esquerda, abriu-se uma fase de contraofensiva reacionária que vem derrotando estes governos na região e colocando na defensiva as forças sociais e partidárias vinculadas aos trabalhadores.

Aonde a direita voltou ao governo, assiste-se não apenas a um retrocesso social, mas também a um retrocesso econômico e político, bem como a um giro na política externa, que volta a ser subalterna aos interesses dos EUA.

As classes dominantes locais e seus aliados internacionais desencadearam uma "ofensiva geral" contra as conquistas e os direitos políticos, econômicos e sociais da classe trabalhadora.

Brasil

A coalizão golpista formada pelo grande capital, o oligopólio da mídia, o parlamento, judiciário e o governo ilegítimo tem unidade estratégica em torno de três objetivos: reduzir o salário direto e indireto pago para a classe trabalhadora; reduzir as liberdades democráticas; alinhar o Brasil com a política externa dos EUA e seus aliados.

Desde o golpe até agora a coalizão vem conseguindo implementar seu programa de retrocessos num ambiente de instabilidade política, crescente deterioração institucional , agravamento da crise econômica e aceleração do processo de imposição das contrarreformas golpistas de retirada de direitos, da entrega das riquezas e da soberania nacional, associadas à escalada da violência policial e da criminalização dos movimentos populares.

A CUT esteve à frente de todas as mobilizações de massas de enfrentamento ao golpismo e em defesa dos direitos, comandou a greve geral de 28 de abril, articulando a unidade com as Frentes Brasil Popular e Povo sem Medo, e na medida do possível, com as centrais sindicais do campo conservador, que boicotaram a resistência à Reforma Trabalhista e a greve de 30 de junho. Mas, é fato que a resistência na defesa dos direitos até agora não tenha obteve êxitos imediatos, mas acumulou forças fundamentais para as próximas batalhas.

Aprovadas a terceirização sem limite e a reforma trabalhista, o governo golpista buscará a liquidação dos direitos da previdência pública, apontando um falso déficit para justificar a entrega da previdência para os banqueiros que patrocinaram o golpe. A aprovação no ano passada da Emenda Constitucional 95, o chamado novo ajuste fiscal, esta destruindo rapidamente os serviços públicos essenciais ao povo. As novas medidas do Ministério do Planejamento que impedem o reajuste de salário do funcionalismo público, trava concursos públicos, e aumenta o contingenciamento de recursos poderá ser o estopim da retomada de grandes lutas dos sindicatos ligados aos servidores públicos.

Uma nova greve geral unificada está na ordem do dia, pois Temer e a maioria de picaretas do Congresso Nacional tentarão aprovar a Reforma da Previdência neste semestre e a CUT deve liderar a convocação de grande greve geral no país para impedir mais este ataque.

Mais do que em qualquer outro período a CUT é um instrumento fundamental para a guerra que a classe trabalhadora trava para defender os seus direitos e impedir a concretização dos retrocessos.

A máxima resistência tática

Os anos de 2017, 2018 e 2019 serão de imenso conflito, em âmbito nacional, regional e mundial. O papel da CUT é trabalhar intensamente com para que a classe trabalhadora saia da condição atual de defensiva e retome a ofensiva. Mas para que possa cumprir o seu papel dirigente neste novo período, a CUT precisará realizar mudanças profundas na sua estrutura organizativa, alicerçada numa completa reformulação e aplicação de uma estratégia e de

um funcionamento sindical de novo tipo, “para tempos de guerra”.

E para isto é fundamental: a) uma compreensão mais profunda acerca das classes e da luta de classes e das mudanças no mundo do trabalho b) a prioridade absoluta para o trabalho cotidiano junto às nossas bases organizadas, o fortalecimento da CUT e do trabalho sindical; c) uma linha política e um trabalho de comunicação articulado com os sindicatos de base, voltado à conscientização, organização e mobilização das classes trabalhadoras; d) o desenvolvimento de novas “técnicas” de trabalho de massa, especialmente aquele voltado aos setores da classe trabalhadora que estão excluídos do mercado de trabalho, aos que atuam em categorias de alto nível de terceirização e rotatividade, aos que não conheceram a fase de auge do sindicalismo combativo; e) novas formas de financiamento sindical, baseadas nos princípios originais da CUT; f) reorganização sindical na estrutura vertical e horizontal da CUT; g)a preparação da CUT para uma etapa da luta de classes em que a classe dominante lançará mão, de ações de desmoralização midiática, repressão estatal, agressões para-militares e mobilização de natureza fascista.

Por sua vez, a tática na luta contra o golpismo envolve: a) o trabalho cotidiano de organização e conscientização da classe trabalhadora; b) as lutas, greves e mobilizações de massa; c) a resistência á implantação da Reforma Trabalhista em todos os níveis; d) a construção e defesa das organizações sindicais e populares e) a construção de uma aliança estratégica com a Frente Brasil Popular, articulando ações conjuntas com a Frente Povo sem Medo, preservando a autonomia da CUT; f) alianças táticas e pontuais com as centrais sindicais pelegas e disputa contínua das suas bases; g) a defesa de Lula, em particular do direito de tê-lo como candidato à presidência da República. ; h) a oposição radicalizada ao governo Temer e seus aliados, expressa não só nas palavras de ordem , mas também na recusa de negociar com o governo usurpador e reacionário i) a luta em defesa dos direitos ameaçados pelas contrarreformas e o compromisso de lutar pela sua anulação.

> “Defendemos que a estratégia da CUT articule as lutas sindicais e cotidianas, com a luta por reformas estruturais, com a luta anticapitalista, anti-imperialista e pelo socialismo”

A CUT deve apontar claramente uma saída política democrática para o país expressa no Fora Temer e Diretas Já, passa por eleições gerais, a eleição de Lula para a presidência da república e uma assembleia constituinte, que é essencial para dar legalidade institucional para a revogação imediata das medidas golpistas, além de embasar um programa de reformas democrático-populares e estruturais capazes de apontar uma perspectiva de avanços políticos, sociais, econômicos e culturais para a classe trabalhadora brasileira.

As chances de êxito nesta luta dependem, na essência, da consciência política e do apoio organizado que tivermos na maior parte da população brasileira, que é composta por trabalhadores assalariados, maioria da base sindical organizada e cutista.

Defendemos que a estratégia da CUT articule as lutas sindicais e cotidianas, com a luta por reformas estruturais, com a luta anticapitalista, anti-imperialista e pelo socialismo.

Para tanto, indicamos que a CUT deve organizar de agora até o 13º Concut que acontecerá em 2019, um debate aprofundado que resulte na atualização estratégica frente a nova situação política, econômica, social e os desdobramentos no mundo do trabalho e na organização sindical. ★

Vida longa, de combate e vitórias à CUT!

Viva a luta pelo Socialismo!

Viva a classe trabalhadora!

Congresso Extraordinário e Exclusivo Nacional

São Paulo – de 28 a 31 de agosto de 2017

Programação sujeita a altercações. Confira sempre a programação oficial.

27 de agosto – Domingo

Tarde	*Chegada dos Delegados* **14hs as 19hs –**Credenciamento Delegados
Noite	*Chegada dos Delegados*

28 de agosto – Segunda

Manhã	**08h as 19h –** Credenciamento Delegados **Conjuntura Internacional** **09h-*"A captura das democracias pelo capital."*** **Palestrantes:** Embaixador Samuel Pinheiro, João Felício (Pres. CSI), Jornalista Luiz Nassif **Coordenação:** Jandyra e Lisboa **11h - *Experiências de resistências sindicais e Lançamento Jornada Continental*** **Palestrantes:** Fausto Durante (CGIL/Itália), Hugo Yaske (CTA/Argentina) e Victor Baez (CSA) **Coordenação:** Juneia e Ari
	13h - ALMOÇO
Tarde	**14h30 – *Lançamento Livro: A Constituição como Simulacro do Jurista Luiz Moreira*** **15h30 – *Conjuntura Nacional*** **Palestrantes:** João Pedro Stedille (MST), Guilherme Boulos (MTST), Gleisi Hoffmann (PT) e Vagner Freitas (CUT) **Coordenação:** Janesley e Carmen
	18h – JANTAR
Noite	**20h - *Abertura Oficial/Aniversário da CUT Nacional***

29 de agosto – Terça

Manhã	**09h as 14h –** Credenciamento Delegados **14h as 18h –** Credenciamento Suplentes **09h - *Leitura do Regimento Interno*** **Coordenação:** Milton e Graça **10h – *Mesa: Financeirização, Automação e o Futuro do Trabalho*** **Palestrantes:** Professor Ladislau Dawbor , Professor Lucas Tasquetto, Embaixador Celso Amorim **Coordenação:** Maria e Sergio
	13h - ALMOÇO
Tarde	**14h30 - *Mesa: Apresentação do Texto Conjuntura* Sergio e Correntes** **Coordenação:** Rosana e Quintino
	19h – JANTAR
Noite	**Livre**

30 de agosto – Quarta

Manhã	**09h – *Mesa: Estratégia Texto e Votação*** **Coordenação:** Bertotti e Ari Aloraldo
	13h - ALMOÇO
Tarde	**14h30 – *Mesa: Plano de Lutas* Texto e Votação** **Coordenação:** Fátima e Júlio **17h30 – *Relançamento da campanha Basta de Racismo na Vida e no Trabalho*** **Coordenação:** Julia e Rosana
	18h – JANTAR
Noite	**20h00 - *Confraternização***

31 de agosto – Quinta

Manhã	**009h – *Reunião Ramos*** **11h – *Moções*** **Coordenação:** Edjane e Valeir **12h – *Encerramento*** Maria e Sergio
	13h - ALMOÇO
Tarde	***Retorno para os Estados***
Noite	***Retorno para os Estados***

Serviço

Local: Espaço Immensità
Av. Luiz Dumont Villares, 392
Junto ao Complexo Hoteleiro Wyndham Garden Convention Nortel
São Paulo - SP
Tel (11) 5070-9000

A questão industrial

Wladimir Pomar

O chamado *agronegócio* resultou da reforma conservadora do sistema latifundiário, ente os anos 1960 e 1970. Realizada pela ditadura militar tal reforma visou, principalmente, "libertar" os trabalhadores agregados aos latifúndios para o emprego assalariado nas indústrias estrangeiras em processo de instalação no país.

Financiados por recursos públicos generosos do Banco do Brasil, tanto para o plantio, quanto para os tratos culturais, as colheitas e a comercialização, os latifundiários foram levados a modernizar suas plantações e criações com o emprego de máquinas e trabalhadores assalariados, transformando-se em latifundiários capitalistas, uma fração agrária da burguesia.

Particularmente após o desmonte do parque industrial promovido pelo neoliberalismo tucano de FHC, nos anos 1990, o agronegócio crescentemente se tornou o setor mais importante da economia brasileira. Acompanhando tal importância, sua representação política, reunida na Frente Parlamentar da Agropecuária, se tornou uma das forças mais importantes do Congresso Nacional, já ocupando mais de 40% das vagas parlamentares.

Em outras palavras, a fração agrária da burguesia, o agronegócio, parece pretender ser reconhecido como fração burguesa hegemônica, tanto na economia quanto na política, provavelmente em conjunto com a fração financeira e o oligopólio industrial estrangeiro. A demonstração dessa "ascensão" seria, segundo alguns de seus intelectuais, a promoção de uma "revolução" trabalhista" e a transformação das eleições de 2018 num teste de "força do setor", capacitando-o a agir mais diretamente "em Brasília".

Ou seja, além de pretender transformar-se na "verdadeira indústria" nacional (o *Agropop* e o *Agrotech*), como proclama a publicidade de The Globe, o agronegócio busca legalizar a superexploração de todos os trabalhadores, as desigualdades nas relações de trabalho, o trabalho escravo, as mortes de trabalhadores em silos ou na colheita, fazendo o país retornar ao regime social e político dos anos anteriores a 1930 e liquidando totalmente, a reforma dos latifundiários gaúchos, Vargas à frente, que introduziram a indústria pesada no país.

> Particularmente após o desmonte do parque industrial promovido pelo neoliberalismo tucano de FHC, nos anos 1990, o agronegócio crescentemente se tornou o setor mais importante da economia brasileira

Em tais condições, a unificação das forças sociais empenhadas na superação da crise política em que a direita tenta afundar o país e torná-lo ainda mais subordinado ao capital estrangeiro, além de enfrentar as questões gerais relacionadas com a retomada do desenvolvimento econômico e social (nova política econômica que adeque as taxas de juros, o câmbio e a política fiscal à realidade nacional, busque elevar os investimentos, reverta as privatizações e concessões de empresas estatais, crie um fundo nacional de desenvolvimento e emprego, e realize uma série de outras medidas destinadas a impulsionar a economia), precisa ir muito além de um plano de desenvolvimento industrial que articule investimentos estatais, política cambial, créditos dos bancos públicos e incentivos à iniciativa privada.

O desenvolvimento industrial não pode aparecer apenas como um item a mais para o processo geral de desenvolvimento. Ele precisa ser considerado a locomotiva indispensável para implantar uma macroeconomia de juros baixos, câmbio favorável às exportações e política fiscal progressiva, e para arrastar atrás de si todos os demais setores econômicos e sociais, incluindo o desenvolvimento científico e tecnológico e o emprego em massa.

É preciso relembrar que encarar o desenvolvimento industrial como um item secundário e não como o item diretor do processo econômico tem sido recorrente e predominante na história brasileira, apesar dos soluços industrializantes dos anos 1930, 1950 e 1960-70. Na prática isso resultou na vitória das teses de Eugênio Gudin, segundo as quais o Brasil não precisa de indústria porque a agropecuária poderia produzir uma riqueza maior e mais sólida.

Tais teses parecem vitoriosas. O *agronegócio* está se apresenta como a *indústria da nação* e a base do crescimento econômico, fazendo o Brasil retornar à condição de exportador de bens primários, maquilador de alguns bens industriais de consumo e importador da maior parte dos bens de produção e intermediários. A predominância do *agronegócio*, além de subordinar o desenvolvimento econômico e social às intempéries das crises mundiais das *commodities* agrícolas, tem o defeito de concentrar a riqueza num segmento ainda mais estreito da população, gerar um mercado de trabalho muito

aquém da população economicamente ativa existente, tornar insignificante a produção de alimentos para o mercado doméstico e subordinar o desenvolvimento científico e tecnológico do país às pesquisas e inovações dos países capitalistas avançados.

Na ausência de um debate mais profundo sobre as implicações estruturais da industrialização, incluindo suas cadeias produtivas de bens de produção, bens intermediários e bens de consumo, criou-se a suposição, durante os governos de coalizão dirigidos pelo PT, de que o aumento do poder de compra dos pobres e miseráveis levaria o empresariado a investir na industrialização. Em outras palavras, acreditou-se que o crescimento da demanda resultaria no aumento da produção e na industrialização.

No entanto, isso não ocorreu pelo menos por quatro fatores conjugados. Em primeiro lugar a taxa real de juros do mercado financeiro era (e é) muito mais apetitosa do que qualquer investimento industrial. Em segundo lugar, não havia qualquer política industrial que direcionasse os investimentos públicos e privados sequer para os setores de ponta dos bens de produção e de consumo. Em terceiro lugar, as empresas estatais, com exceção da Petrobras em sua área, não funcionavam como orientadoras do processo de industrialização. E, em quarto lugar, aos investimentos externos dirigidos ao Brasil não era imposta qualquer condição industrializante e de transferência de novas tecnologias, permitindo-se que se dirigissem principalmente ao mercado especulativo ou aos setores mais lucrativos.

Essas experiências dos governos dirigidos pela esquerda política, assim como dos soluços industrializantes do passado, precisam ser analisadas criticamente e resultar em propostas que coloquem a indústria nacional no papel fundamental que desempenha em qualquer processo contemporâneo de desenvolvimento econômico, social, científico e tecnológico.

> "o Estado precisa passar a ser o verdadeiro orientador do processo de industrialização, através de suas empresas estratégicas, definindo prioridades e políticas apropriadas de estímulo e também de correção do mercado, que sempre tende à anarquia"

Não se trata de prever apenas um "plano de desenvolvimento industrial que articule investimentos estatais, política cambial, créditos dos bancos públicos e incentivos à iniciativa privada". Será preciso definir claramente os setores estratégicos, isto é, aqueles setores que desempenham papel determinante em todo o processo (a exemplo da siderurgia e dos bens de produção tecnologicamente avançados) que devem ficar sob predomínio do Estado e para os quais será preciso priorizar os investimentos dos bancos públicos. Portanto, será preciso definir as prioridades do próprio processo de industrialização e aquilo que deve ficar sob tutela do Estado e sob tutela do capital privado.

Em relação aos capitais privados, também será necessário estipular regras claras para os investimentos estrangeiros, que continuam sendo necessários pela baixa acumulação do capital nacional (em relação à acumulação de capital nos países capitalistas avançados). Será preciso definir as áreas abertas a tais investimentos, assim como as condições em que eles devem ocorrer (estimulados ou restritos, transferência de tecnologias, prazos etc).

Dizendo de outro modo, o Estado precisa passar a ser o verdadeiro orientador do processo de industrialização, através de suas empresas estratégicas, definindo prioridades e políticas apropriadas de estímulo e também de correção do mercado, que sempre tende à anarquia. Se o Estado foi utilizado, durante os soluços industrializantes de JK e do *milagre econômico ditatorial*, para implantar uma industrialização subordinada e dependente do capital estrangeiro, porque não pode ser empregado para desenvolver uma industrialização avançada e nacionalmente soberana?

À Frente Brasil Popular, ao PT e aos demais partidos de esquerda cabe a missão de impulsionar esse debate sobre a industrialização de modo que a possível retomada do caminho democrático e a volta dos setores democráticos e populares ao governo, em 2018, não reproduza a ausência de uma política efetiva de desenvolvimento industrial. O Plano Popular de Emergência, além de representar um estímulo a tal debate, pode contribuir para a formulação de uma Política Nacional de Desenvolvimento Industrial que seja não um novo "soluço industrializante", mas um instrumento de transformação do Brasil num país avançado a médio e longo prazo. ★

Wladimir Pomar é filiado ao PT. Este texto foi escrito no dia 11/08/2017

Retrocessos dominam pauta legislativa

Bruno Costa

O término do recesso parlamentar foi marcado pela aprovação, no Plenário da Câmara dos Deputados, do arquivamento da denúncia apresentada pela Procuradoria-Geral da República contra Michel Temer pelo crime de corrupção passiva. Através da liberação de emendas parlamentares, da execução seletiva do orçamento público e da oferta de benesses à bancada ruralista, o presidente ilegítimo garantiu 263 votos favoráveis ao arquivamento da denúncia, enquanto 227 parlamentares votaram contra o arquivamento, 2 se abstiveram e 19 se ausentaram da votação.

O placar foi resultado da negociata operada por Michel Temer no Palácio do Planalto, mas também da falta de consenso entre as elites sobre o melhor caminho para dar continuidade à agenda neoliberal: manter Temer na presidência ou descartá-lo em benefício de eleições indiretas.

Arquivada a denúncia, o governo pisou no acelerador para cumprir as promessas que fez ao mercado e aos fiéis escudeiros de Temer no Parlamento, buscando garantir os votos necessários à aprovação da reforma da previdência e anunciando novas medidas de austeridade.

Dentre as matérias que podem ser aprovadas no Congresso Nacional durante o segundo semestre de 2017 merecem destaque: a contrarreforma da

Foto: Lula Marques/Agência PT

previdência, que eleva a idade mínima de aposentadoria das mulheres para 62 anos e dos homens para 65 anos, exigindo ainda 40 anos de trabalho para acesso à aposentadoria integral; um conjunto de projetos de lei e propostas de emenda à Constituição que alteram o sistema político-eleitoral em benefício da reeleição dos atuais deputados e senadores; a revisão da meta fiscal, com ampliação da previsão do déficit de R$139 bilhões para R$ 159 bilhões; o programa de demissão voluntária para os servidores federais; a reformulação da carreira dos servidores públicos, com imposição de limite salarial de R$ 5.000 para servidores em início de carreira e ampliação do tempo necessário para que os servidores atinjam o teto salarial; aumento da contribuição previdenciária dos servidores públicos de 11% para 14%; restrição do direito de greve dos servidores públicos; reformulação do Código de Mineração; propostas que flexibilizam a legislação ambiental no sentido de tornar praticamente dispensável a necessidade de licenciamento; venda de terras para estrangeiros; redução da Floresta Nacional do Jamanxim; e a flexibilização do conceito de trabalho escravo.

Além da pauta conservadora que tramita no Congresso Nacional, estamos testemunhando o retorno do Brasil ao mapa da fome, o agravamento da crise da segurança pública, o uso indevido e indiscriminado do dispositivo constitucional que permite o emprego das forças armadas para a garantia da lei e da ordem, o aumento dos conflitos no campo, uma ofensiva reacionária contra a demarcação das terras indígenas e quilombolas e a crescente criminalização dos movimentos populares e da política, com destaque para a caçada política, jurídica e midiática empreendida contra o ex-presidente Lula.

Apesar das recentes divisões no interior da base de sustentação do governo ilegítimo, somente uma ampla e permanente mobilização popular pode alterar a correlação de forças e impor uma derrota estratégica ao consórcio político, empresarial e midiático que tomou o poder de assalto e que é responsável pela crise que o país atravessa.

No momento em que frações da burguesia ensaiam um novo golpe dentro do golpe, defendendo abertamente a adoção do parlamentarismo, cabe à esquerda correr contra o tempo e tornar possível a rebelião da classe trabalhadora. ★

Bruno Costa é Militante do PT e Assessor da Liderança do PT no Senado Federal.

Fala Carolina

Carolina Rousseff tornou-se a mais jovem vereadora da história de Porto Alegre. Com seus 21 anos de idade, assumiu o mandato durante uma semana ao lado do professor Bernardo, num período de intensa disputa política e social em Porto Alegre e no Brasil. Nesta entrevista a Júlio Quadros, ela fala a respeito.

Página 13. Você assumiu o mandato através da política de rodizio adotada pelo PT de Porto Alegre, algo que deveria, mas não é mais comum entre nós do PT. Como funciona este processo?

Carolina. O PT de Porto Alegre vem promovendo o rodízio. Mulheres, negros, juventude são prioridades. Tem debate sobre mais suplentes assumirem. É uma boa política.

Você é a mais jovem vereadora a assumir a Câmara de Vereadores de Porto Alegre? Como foi para você este momento?

Este momento foi um marco na história da Câmara de vereadores de Porto Alegre, na história do PT de Porto Alegre. E na minha história pessoal e política. Num momento sombrio da democracia brasileira e tendo um governo municipal neoliberal, o PT ter uma estudante, mulher e mais jovem da história da Câmara é sem dúvida um marco político.

Você falou em duas sessões plenárias. A primeira foi no dia da votação da aceitação da denúncia ou não contra o Michel Temer. Qual foi o centro da sua fala?

Procurei fazer uma síntese da situação a nível federal, estadual e municipal. Fiz uma fala de enfrentamento, pois era um momento muito importante para a Câmara e para o Brasil. Mas com certeza, o final da minha fala foi voltado ao julgamento de Temer em Brasília. Sem nunca deixar de lado o grito final de Fora Temer! Falei Fora Temer, Sartori e Marchezan. Elles reagiram.

Você enfrentou vereadores conservadores, inclusive alguns apoiados pelo MBL?

Sim. A Câmara de Porto Alegre hoje tem em sua maioria direitosos, ou de extrema direita neoliberais, como os vereadores do MBL. São três apoiados pelo MBL. Fizeram questão de interromper minhas falas, no plenário, o que é o “normal” para essas pessoas intolerantes. Mas, a grosso modo, acho que eles não conseguiram incidir muito, porque não fazem política. Só agridem no pessoal. Não recuei, afirmei nossa politica.

Que outras ações você realizou junto à comunidade estudantil e servidores públicos de Porto Alegre?

Participamos de atos e reuniões com os servidores públicos municipais. Recebemos os trabalhadores da Carris. Falei contra a extinção do EJA. Participei de ato dos municipários na Prefeitura. E entramos com vários debates sobre questões estudantis no município.

Quais projetos você apresentou e como pretende acompanhá-los?

Realizou alguma outra proposição legislativa?

Apresentamos dois PL’S. Um voltado à pauta dos transportes, assunto latente em nossa cidade. E o outro em relação ao Estatuto da Juventude Municipal. Com o objetivo de atualizar e abranger a diversidade da juventude de hoje. Pretendemos acompanhar nossos projetos com a ajuda da Bancada do PT na Câmara e, assim, incidir quando estiverem em pauta.

Que semente fica deste momento e que mensagem você quer transmitir, em especial à juventude?

A semente que fica é a da renovação da política, a de que as/os jovens precisam acreditar na política e se introduzir nela. Para assim, mudar sua realidade e a realidade caótica do nosso país. A mensagem que eu e minha equipe gostaríamos de passar à juventude... nunca deixem que ninguém diga que você não pode fazer determinada coisa. Ou que você é jovem demais... Acredite em seus companheiros e companheiras de fé. Exerça a boa política e lute por um mundo livre de machismo, racismo e homofobia. Por um mundo igualitário e democrático. Use a rebeldia da juventude e a coragem. Assim criaremos uma nova realidade, dentro e fora do nosso Partido. E um Brasil melhor para todos e todas. ★

PT-PE: Resistir, lutar e vencer!

Divonaldo Barbosa

Em um cenário político conturbado, onde os ataques aos direitos da classe trabalhadora são cada vez mais ferozes, o Partido dos Trabalhadores de Pernambuco tem recuperado o seu protagonismo e desempenhado um papel importante no enfrentamento aos golpistas e às forças conservadoras que, sem nenhum pudor, atacam as conquistas históricas dos trabalhadores.

Na tentativa de ter o PT como coadjuvante em 2018, dois movimentos têm sido feitos por ex-aliados: de um lado os que alegam o fato de terem ficado ao lado de Lula e Dilma até o último momento quando se consolidou o golpe que tomou de assalto a Presidência da República; enquanto do outro lado estão os que buscam plantar uma imagem de isolamento do PT e, portanto, esperam o partido ajoelhado em uma aliança eleitoral.

No primeiro caso, o PTB do senador Armando Monteiro Neto trabalhou junto ao ex-presidente Lula para reeditar a aliança de 2014, desconsiderando o fato de ter apoiado as medidas do governo golpista contra os trabalhadores, sendo uma das vozes que defende as reformas trabalhista e previdenciária, que rasgam direitos conquistados com muita luta pela classe trabalhadora. O senador do PTB aos poucos foi se afastando do PT, priorizando a agenda política ao lado do DEM e do PSDB, recuando apenas após perceber que os ataques ao ex-presidente Lula não ecoaram no meio do povo, e a sua liderança segue incontestável.

Já no segundo caso, o PSB que foi um dos patrocinadores do golpe, resolveu "abrir" o dialogo com o PT, principalmente, quando a sua base política começou a esfacelar-se, e o atual Governador do Estado, Paulo Câmara, a amargar índices de reprovação inimagináveis até pouco tempo atrás. Apesar do grande aparato da mídia e da máquina pública, o PSB de Pernambuco vê a reeleição para o Governo Estadual cada vez mais distante e numa grande crise de amnésia, emite sinais de que o PT voltou a ser bem-vindo no condomínio socialista.

Mas nenhum dos argumentos e das movimentações políticos destes campos foi capaz de desestabilizar o Partido dos Trabalhadores de Pernambuco e, tampouco, demover a construção de um programa capaz de devolver a esperança ao povo pernambucano. Fortalecido pela unidade da sua direção, o PT-PE demonstrou coragem, altivez e reafirmou a sua independência ao decidir, por unanimidade, que não marchará junto com aqueles que apoiaram o golpe e/ou votaram pela retirada de direitos dos trabalhadores.

Todavia é preciso estar atento a movimentações dentro do partido, pois ainda percebe-se que algumas vozes isoladas, acostumadas a patrocinarem maus acordos em detrimento das boas lutas, ainda sonham com uma aliança meramente eleitoral com esses setores que são rechaçados pela população, fechando os olhos para o desejo das pessoas de terem uma opção alinhada com a necessidade de reconstrução da democracia e retomada da esperança do povo pernambucano. Essas figuras valem-se do ditado popular que diz: "farinha pouca, meu pirão primeiro", e tentam construir um caminho contra a vontade da militância petista.

Porém, o Partido dos Trabalhadores de Pernambuco tem se vacinado contra esse tipo de postura isolada e na resolução aprovada no dia 30 de julho, o Diretório Estadual convocou a militância petista para resistir às ofensivas das forças conservadoras, defender o imediato restabelecimento da democracia com eleições direitas já, e permanecer vigilantes na defesa intransigente do ex-presidente Lula, vítima de um conluio político midiático que tenta impedir a sua candidatura nas eleições do próximo ano, numa clara manobra para intensificar o massacre causado pela coalizão golpista e usurpadora no desmonte do Estado brasileiro.

Foi a partir dessa leitura, que o Partido dos Trabalhadores de Pernambuco assumiu a responsabilidade de apresentar um projeto popular como alternativa de governo para Pernambuco, que será aprofundado com a participação dos movimentos sociais e construído com o povo, a quem pertence todo o poder e com quem o PT estará aliado de forma inseparável. A seguir, reproduzimos um trecho da resolução aprovada pelo Diretório Regional do Partido dos Trabalhadores de Pernambuco em 30 de julho deste ano, reafirmando uma posição protagonista na luta dos trabalhadores:

[...] Assim, diante desse gravíssimo quadro no Brasil e em Pernambuco, com o aprofundamento da crise político-institucional que atinge a democracia, os direitos de toda a nação e o seu futuro independente e soberano, o Diretório Estadual do PT, após o debate acumulado nos últimos meses em suas instâncias, expresso no documento de unidade da nossa chapa única e das diretrizes aprovadas pela totalidade dos 300 delegados(as) presentes ao

nosso 6o Congresso Estadual, DECIDIU, por unanimidade, adotar as seguintes deliberações e fixar as seguintes prioridades para as lutas do PT-PE em 2017 e 2018:

1. Fortalecer a atuação e intensificar a mobilização do PT-PE e de seus filiados em defesa da democracia e de Lula; da constituinte soberana e exclusiva; da defesa intransigente dos direitos dos trabalhadores ameaçados pelas forças golpistas no Congresso Nacional e, sobretudo, em defesa das eleições gerais diretas já, que é o único caminho legítimo para restabelecer a soberania popular, restaurar a democracia e superar a evidente nulidade do impeachment fraudulento de Dilma Rousseff;

2. Reafirmar que a nossa prioridade política principal se expressa na candidatura de Lula a Presidente da República, em 2017, com diretas já, ou em 2018, enfatizando que eleições sem a participação de Lula é uma fraude que não aceitaremos e contra a qual lutaremos com todas as nossas forças. Deixar claro que essa prioridade maior norteará a nossa tática eleitoral e o posicionamento de nossas candidaturas às próximas eleições;

3. Apresentar uma candidatura própria do PT-PE ao Governo do Estado nas próximas eleições, em oposição ao governo do PSB, para que Pernambuco retome os rumos de seu crescimento social e econômico e seja resgatado das ameaças e atrasos impostos por uma gestão ineficiente e omissa, bem como para defender a democracia e os direitos dos pernambucanos(as);

4. Estabelecer, também como prioridade, as nossas candidaturas às eleições para o Poder Legislativo, com vistas a preservar o mandato petista no Senado, a recuperação da bancada de deputados federais e a ampliação da bancada de deputados estaduais;

5. Iniciar o diálogo com os partidos do campo democrático e popular, aliados do PT nas lutas em defesa da democracia e dos direitos, com vistas a estabelecer alianças para o enfrentamento eleitoral e político às forças golpistas e/ou conservadoras em Pernambuco;

6. Definir como prioridade imediata a realização de Plenárias Regionais em todos os polos e regiões pernambucanas, neste segundo semestre, com o foco (1) na reorganização do partido nos municípios que não realizaram o PED e (2) na escuta da sociedade e dos petistas para a construção de eixos e programa de governo que atenda às legítimas aspirações dos pernambucanos(as) de reconquistar a confiança no seu futuro, de ter um governo estadual que retome os rumos necessários para o crescimento social e econômico e para a promoção de direitos, de políticas sociais, de oportunidades, de distribuição de renda e de inclusão na cidadania;

7. Preparar, como tarefa e ação imediata e central, a Agenda de Lula em Pernambuco, nos dias 24 a 26 próximos, no âmbito da sua jornada pelo Nordeste que se iniciará no dia 17 de agosto;

8. A organização e mobilização dos petistas para os encontros de nossas secretarias e setoriais, dentro do calendário já definido pela Direção Nacional do PT, atribuindo à Executiva Estadual a tarefa de, em sua reunião de 02/08/2017, concluir a composição das comissões provisórias encarregadas de convocar os encontros das secretarias e setoriais que não estão organizados, bem como definir as datas dos referidos encontros em nível estadual.

9. Aprofundar a articulação com os movimentos sociais e com a Frente Brasil Popular na defesa da democracia e dos direitos dos trabalhadores(as), especialmente na construção da nova etapa da Caravana da Democracia a ser realizada pela FBP neste segundo semestre;

10. Definir que, até o mês de dezembro, o Diretório Regional do PT-PE decidirá quais os eixos do programa de governo e o(s) nome(s) dos(as) pré-candidatos(as) que se propõe a representar o partido na defesa desse programa e no caminho para a vitória nas eleições presidenciais e de governador em 2017/2018;

11. Delegar à Comissão Executiva Estadual a tarefa de coordenar todas as etapas e prioridades deliberadas nesta Resolução, particularmente a de definir o calendário das plenárias regionais; de reorganizar o partido em todo o Estado; de construir os eixos e programas de governo, com a sociedade e com os petistas, trazendo a proposta para decisão por este Diretório; de estabelecer e coordenar os meios de consulta sobre os nomes a serem sugeridos a este Diretório para as candidaturas majoritárias e proporcionais do PT-PE, observadas as normas estatutárias; bem como a de realizar o Planejamento Estratégico do nosso partido e de suas instâncias e órgãos de direção;

12. Conclamar os petistas, os nossos parlamentares e lideranças a apoiarem a Comissão Executiva Estadual no cumprimento dessas tarefas de coordenação, a participar das atividades por ela programadas em todo o Estado e, inclusive, a apresentarem propostas à mesma CEE quanto a calendário, a eixos e programas de governo, bem como de nomes para as candidaturas majoritárias e proporcionais, evitando, com rigor, que esse debate ocorra fora da instância partidária, sem a sua coordenação e fora do tempo definido por esta Resolução e pela própria Executiva.

É com esse sentimento de retomada do protagonismo que o Partido dos Trabalhadores de Pernambuco vai marchar nas próximas batalhas, sejam elas no campo da resistência contra a intensificação do golpe, sejam elas nas disputas eleitorais, onde o PT terá candidatura própria, já abraçada por uma parcela significativa do povo pernambucano, para apresentar um programa de governo sintonizado com os anseios da população e um nome para representar esse projeto, que devolve a esperança ao nosso povo e renova os sonhos de ver Pernambuco de volta ao caminho do desenvolvimento com justiça social, sem vacilação, convocando a sua militância para **resistir, lutar e vencer**. ★

Divonaldo Barbosa é militante do PT em Pernambuco

Encontros setoriais

■ Natália Sena

Durante o mês de setembro de 2017 o Partido dos Trabalhadores realizará os encontros dos setoriais e secretariais setoriais do partido, que (ao menos em tese) existem para ser a principal ferramenta de ligação entre o Partido e a sociedade, os movimentos sociais e populares, além de cumprirem papel importante na elaboração dos programas de governo que apresentamos nas disputas eleitorais.

Ocorrerão neste mês os encontros de mulheres, LGBT, combate ao racismo, meio ambiente, cultura, sindical, agrário, assuntos indígenas, ciência e tecnologia, tecnologia da informação e comunicação, comunitário, direitos humanos, economia solidária, educação, energia e recursos minerais, esporte e lazer, moradia, pessoa com deficiência, saúde, segurança alimentar, segurança pública e transportes.

Destes, são secretarias: mulheres, LGBT, agrário, combate ao racismo, cultura, meio ambiente e desenvolvimento e sindical. Os demais são coletivos setoriais vinculados à Secretaria Nacional de Movimentos Populares e Políticas Setoriais. Quanto ao congresso da juventude, este ocorre em calendário próprio.

Os que citamos são os setoriais nacionais que atualmente estão constituídos, sendo que nem todos irão conseguir a mobilização necessária para realização dos encontros em todos ou na maioria dos estados. No entanto, estes são os "temas" que atualmente os petistas podem optar por participar e formular a respeito.

Os encontros elegem secretários/as e coordenadores/as de coletivos, além dos próprios coletivos que tocarão o setorial ou a secretaria, com mandato para os próximos 4 (quatro) anos.

Os encontros nacionais irão acontecer no mês de outubro, oportunidade na qual os delegados/as eleitos/as nos encontros estaduais irão fazer a discussão de abrangência nacional em relação a cada tema e elegerão os coordenadores/as e secretários/as nacionais de cada setorial.

Os encontros setoriais devem ser encarados como uma oportunidade de mobilizar os filiados e a "nação" petista para voltar a refletir e a elaborar soluções para os problemas do povo, com os quais nos deparamos diariamente na militância, na luta social, no exercício de mandatos parlamentares e governos.

É preciso massificar e popularizar as discussões para avançar no sentido de transformações mais profundas e, neste processo, a ampla participação e democracia são elementos fundamentais.

Por isto, defendemos que os encontros setoriais do PT sejam abertos à toda a militância social interessada em contribuir naquela temática específica, pois esta é uma forma de aglutinar em torno de nós e de ampliar o nosso alcance para além dos "muros" da filiação partidária, além de ser uma maneira de atrair novos militantes para conhecer o PT e se filiar.

O papel dos setoriais é de formular aquilo que o PT pensa sobre todos os temas relevantes do debate político, social e econômico, independente do calendário eleitoral, de forma que o Partido esteja constantemente pensando e discutindo e que estejamos sempre atualizando as nossas propostas e ideias a respeito dos assuntos que dizem respeito a melhoria das condições de vida da maioria do povo brasileiro.

Estes instrumentos partidários -- os setoriais e secretarias -- devem ter papel bem maior do que o que atualmente estão tendo. Devemos aproveitar este momento de renovação das coordenações setoriais para fazer o esforço de colocar o debate político no Partido em outro patamar, e para isto é fundamental que a participação e o engajamento na construção dos encontros se dê de forma efetiva.

Infelizmente, hoje a maioria dos setoriais organizados no partido atua de acordo com o calendário eleitoral, trabalhando apenas na elaboração dos programas de governo que apresentamos no período das eleições em todos os níveis.

O golpe que foi implementado contra nós, e que operou a retirada ilegítima da presidenta Dilma do governo federal, assim como a grande derrota que sofremos nas eleições de 2016 e as descaradas operações em curso para nos inviabilizar nas eleições de 2018, devem servir para fazer o Partido despertar para a necessidade urgente e gritante de elevar o patamar do debate político e programático que temos feito.

Atualmente, debater políticas públicas de caráter conciliador, como as que implementamos até então, e que servem apenas como "propostas eleitorais", não é resposta à altura dos desafios que o nosso Partido irá enfrentar no próximo período (que pode durar anos, ou até mesmo décadas).

Devemos fazer com que os debates nos encontros setoriais e o dia a dia dos próprios coletivos e secretarias setoriais avance no sentido de pensar profunda e radicalmente a nossa posição e as nossas propostas sobre os principais problemas que afligem a vida dos brasileiros e brasileiras.

Como exemplo, podemos citar o debate da "crise do sistema penitenciário". Os setoriais de direitos humanos, de segurança pública e de combate ao racismo tem o desafio de enfrentar este tema e produzir posição e propostas do PT a respeito de um assunto delicado e que deve ser resolvido de um ponto de vista de classe, racial e humanitário. Tarefa difícil, a qual devemos nos dedicar e onde ainda temos muito o que avançar.

Portanto, o esforço que os e as petistas estão chamados a fazer neste mês de setembro é o de elevar o patamar do debate que tem sido feito no nosso partido e aprofundar as nossas formulações a respeito de assuntos importantes para a maioria do povo brasileiro. ★

Natália Sena integra o DN do PT e é secretária de movimentos populares do PT em Natal (RN)

Em defesa da paridade

Página 13 divulga trechos da carta enviada no dia 13 de agosto, pela direção nacional da AE à presidenta Gleisi, aos/às integrantes da comissão executiva nacional do PT, bem como aos/às representantes das chapas inscritas no 6° Congresso.

A chapa *A esperança é vermelha* – impulsionada pela tendência petista Articulação de Esquerda – elegeu 5 integrantes no Diretório Nacional do PT, dos quais 1 também integra a Comissão Executiva Nacional do PT.

Entretanto, devido a divergências sobre o método e sobre o resultado do processo de composição da CEN, ainda não indicamos nosso nome para a CEN, tampouco aceitamos assumir o cargo que nos foi proposto.

Nos dias 5 e 6 de agosto, fizemos uma reunião da direção nacional da Articulação de Esquerda e, entre outros assuntos, discutimos a composição da executiva nacional.

Nossa maior preocupação é com a aplicação da paridade; esperamos que este impasse seja solucionado na reunião que o Diretório Nacional do PT fará nos dias 22 e 23 de setembro.

A este respeito, nossa opinião é que 8 cargos devem ser ocupados por mulheres e 8 cargos ocupados por homens. Entendemos que esta é a única "fórmula" coerente com o termo ***paridade***.

Consideramos que a outra possibilidade – que 5 cargos sejam ocupados por mulheres e 6 cargos mais 5 vices sejam ocupados por homens – é uma distorção total do que aprovamos no Congresso partidário acerca da paridade.

Além de garantir a aplicação da paridade, estamos preocupados também em garantir o ***direito*** que a tendência petista Articulação de Esquerda tem – direito conquistado com nossa votação no Congresso do Partido – de participar da Executiva nacional.

Reiteramos nossa ***intenção*** de continuar desempenhando uma tarefa executiva, com profissionalização de dirigente, assessoria e equipe, como ocorre há cerca de 24 anos.

Vale lembrar que militantes da AE já exerceram a secretaria de movimentos populares (Sonia Hypólito, Bruno Elias), a secretaria de relações internacionais (Valter Pomar, Iriny Lopes, Iole Iliada), a secretaria de formação política (Iriny Lopes) e a terceira vice-presidência (Valter Pomar), sem que ***nunca*** nosso desempenho tenha sido avaliado negativamente, sem que ***nunca*** fossemos acusados de "aparelhamento" da instância em favor dos interesses da tendência de que fazemos parte.

Até por este histórico, nos sentimos a vontade para reiterar que o método adotado para distribuir as funções na CEN não foi, em nossa opinião, o mais adequado. Noutras vezes, o Partido conduziu diferente e melhor a composição da CEN.

Se tivesse ocorrido uma discussão coletiva, teríamos podido apresentar nossa opinião acerca da denominada "secretaria de mobilização"; teríamos explicado por quais motivos não nos sentimos a vontade para assumir tal secretaria; teríamos buscado demonstrar que temos dirigentes e experiência acumulada para melhor contribuir com o Partido em outras tarefas. E teríamos, quem sabe, sido convencidos do contrário.

Mas, na ausência de uma discussão coletiva, prevaleceu o método dos contatos bilaterais, onde o que nos foi dito, proposto, sugerido e insinuado nem sempre pode ser afirmado abertamente ou por escrito.

O PT não adota a proporcionalidade qualificada, mas tampouco devemos adotar uma proporcionalidade desqualificada.

Seja como for, temos mais de um mês, até a reunião do Diretório Nacional – a quem cabe eleger os integrantes e atribuir tarefas as/aos integrantes da CEN – para construir coletivamente uma solução consensual para o contencioso.

Se não for possível uma solução consensual, decidiremos acerca de nossa participação ou não na CEN, bem como acerca de assumir ou não o que nos for proposto.

Confiamos, sinceramente, que é possível encontrar uma solução, especialmente se isto não for deixado para a véspera da reunião, como ocorreu tanto no DN quanto no planejamento da CEN. Esperamos que o pior não ocorra. De toda forma, ninguém precisa de cargo nem de profissionalização para construir o PT. ★

Articulação de Esquerda convoca seu 4º Congresso

Daniela Matos

É verdade que o Partido dos Trabalhadores concluiu seu 6º Congresso aparentando alto grau de unidade tática, mas explicitou, ao mesmo tempo, muitas incertezas e indefinições organizativas, estratégicas e programáticas.

Em uma situação normal, teríamos tempo e condições adequadas para superar tais incertezas e indefinições. Mas não vivemos uma situação normal, nem no país, nem na região, nem no mundo.

Por isto, a militância petista precisa combinar a luta contra o governo golpista, pelo Fora Temer e em defesa dos direitos, por eleições diretas já e pela candidatura Lula, com a superação das lacunas existentes em nossas formulações partidárias. Este é o propósito central do **4º Congresso Nacional da tendência petista Articulação de Esquerda**.

Hoje às vésperas de completar 25 anos de sua fundação, nos idos de 1993, a AE realizará seu 4º Congresso em dois momentos. O primeiro culminará entre os dias 24 a 26 de novembro de 2017, em São Paulo, tendo como único ponto de pauta **"A estratégia de luta pelo socialismo no Brasil"**.

O texto base do Congresso, aprovado pela direção nacional da AE, pode ser acessado no seguinte endereço: **http://olha.ai/1KBGeQ**

Em momento posterior, em data a ser marcada, a segunda etapa ocorrerá com a mesma delegação, e reunir-se-á para debater conjuntura, tática e organização, bem como para eleger a nova direção nacional.

A resolução final da primeira etapa do 4º Congresso da Articulação de Esquerda tratará dos seguintes pontos:

- Um balanço das realizações e dos debates acerca do socialismo e da estratégia, no PT, na esquerda latino-americana e na esquerda mundial;

- Uma análise das características do capitalismo no século XXI e de suas decorrências para a luta pelo socialismo no século XXI;

- Uma análise da situação atual do capitalismo no Brasil e do que isto implica na luta pelo socialismo em nosso país, tanto em termos de estratégia de poder quanto em termos do programa da transição socialista;

- Estabelecer os vínculos entre a tática adotada pelo Partido e a estratégia que defendemos, apontando mudanças que consideremos necessárias naquela tática;

- Estabelecer os vínculos entre a estratégia que defendemos e as mudanças que se fazem necessárias na organização do Partido;

- Estabelecer qual o papel da tendência petista Articulação de Esquerda, nesta nova etapa da vida partidária.

Calendário e regimento

A primeira etapa dos congressos municipais deve ser realizada entre agosto e setembro. Já a primeira etapa dos congressos estaduais deve ser realizada entre os dias 29 de setembro e 19 de novembro.

A primeira etapa dos congressos municipais e estaduais debaterá apenas a pauta nacional. A segunda etapa debaterá a pauta local e elegerá as respectivas direções.

As direções estaduais deverão decidir se haverá congresso estadual precedido de congressos municipais ou se haverá diretamente congresso estadual.

No primeiro caso, os congressos municipais elegerão delegadas/os estaduais na proporção de 1 delegada/o estadual municipal para cada três militantes com direito a voto; e o congresso estadual elegerá 1 delegada/o nacional para cada 3 delegadas/os presentes no respectivo congresso estadual.

No segundo caso, as delegações serão eleitas na proporção de 1 delegada/o nacional para cada 9 militantes com direito a voto presentes no respectivo congresso estadual. Não havendo congressos municipais, é necessário realizar debates nas cidades e/ou regiões do respectivo estado onde haja presença da militância da AE.

Nos estados em que não há direção eleita no último Congresso, a direção nacional convocará diretamente o congresso estadual, que será acompanhado pela direção nacional. Neste caso, as delegações serão eleitas na proporção de 1 delegado nacional para cada 9 militantes com direito a voto. Recomenda-se realizar debates nas cidades e/ou regiões do respectivo estado onde haja presença da militância da AE.

Passado o congresso nacional, as mesmas delegadas e delegados que participaram dos congressos municipais e estaduais reunir-se-ão na segunda etapa dos respectivos congressos, para debater o restante da pauta e eleger as respectivas direções.

As conferências setoriais ocorrerão após a primeira etapa do congresso nacional. A data será decidida pela coordenação setorial e pela Direção Nacional da Articulação de Esquerda (DNAE); ou somente pela DNAE, quando não existir coordenação setorial.

Um congresso que dialogue com a "nação petista"

É preciso que se diga e que se afirme sempre: após 24 anos de fundação, seguimos combatendo o bom combate. A Articulação de Esquerda sobreviveu aos anos 1990, quando achávamos que estávamos perante o pior que o neoliberalismo poderia construir no país (ledo engano). Passamos pelos governos petistas militando contra o aliancismo e a estrada que levaria a um PT acomodado e domesticado. Não saímos das ruas e das lutas, alertamos pra necessidade de preparar o partido para guerra que se aproximava quando se construía o golpe do lado de lá. "A burguesia não nos faltará", já dizíamos há muito tempo…

Do golpe contra o governo democraticamente eleito ao golpe contra os direitos foi um pulo. Contra isto, ajudamos a encarar a direita e o fascismo, a construir a greve geral, ocupamos escolas e não daremos trégua aos golpistas!

Editamos o jornal ***Página 13*** desde 1998, a revista ***Esquerda Petista*** segue para sua oitava edição, a ***Editora Página 13*** já publicou mais de duas dezenas de livros: esta é nossa modesta contribuição por uma comunicação democrática que fure o bloqueio dos grandes conglomerados. Realizamos jornadas de formação politica semestrais desde 2008, buscando abordar os fundamentos ideológicos e teóricos do petismo, do socialismo e do marxismo.

A militância da Articulação de Esquerda deve encarar o processo de Congresso da AE como mais uma possibilidade de diálogo entre nós e o conjunto do partido, nossas bases sociais e eleitorais, o movimento sindical, a intelectualidade de esquerda, os trabalhadores da cultura, os movimentos de juventude, mulheres, LGTB´s, negras e negros. Neste diálogo devemos buscar a crítica e o aperfeiçoamento de nossas posições, assim como a ampliação da influência e do tamanho da tendência.

Para contribuir nisto, é necessário divulgar amplamente o projeto de resolução - **A estratégia de luta pelo socialismo no Brasil**; realizar o congresso da AE nos 26 estados e Distrito Federal; convidar para as diversas etapas do Congresso todos os setores da "nação petista"; organizar atividades públicas, de apresentação e debate do documento em todos os estados e cidades, nas mais diversas categorias de trabalhadores e setores sociais; combinando isto com novas filiações ao Partido dos Trabalhadores e novos militantes para a AE. ★

Daniela Matos é militante do PT no DF e dirigente nacional da AE

Duque de Caxias: bola da vez

Izabel Cristina Costa

Vivemos tempos golpistas. Confirmado no dia 30 de agosto de 2016, com o impeachment de Dilma Rousseff, o golpe em curso não para. Ele se alastra pelo país. Os servidores públicos de Duque de Caxias são a bola da vez, especialmente os combativos profissionais da educação da cidade.

O prefeito Washington Reis – aquele mesmo que retornou da licença médica para votar pelo impedimento da presidenta e que hoje está cassado – abriu a sua gestão prometendo sanear as dívidas: caixa zerado, pagamentos atrasados em cerca de três meses, obras paralisadas. O que esperar de um governante golpista do PMDB? Nada diferente da receita de Temer: os servidores públicos devem pagar o pato da crise! A política anunciada atingiu duramente a já combalida educação pública de Caxias, que iniciou 2017 sem verba e sem materiais básicos, como papel higiênico!

O plano de austeridade possuía um alvo direto: os profissionais de educação que, lutando anualmente, conquistaram um plano de carreira e um nível salarial que é um dos melhores do Brasil. Diante de um sindicato respeitado na cidade, o prefeito construiu um factoide muito conhecido: marajás de super salários, professores culpados pelo fracasso escolar!

Após duas greves em três meses, lutando pelo pagamento dos salários atrasados e pela conquista de reajuste em sua data-base, no início de agosto, a categoria deparou-se com o mais duro ataque enfrentado em sua história: aumento da alíquota previdenciária de 11 para 14%. E redução salarial devido às mudanças trabalhistas (diminuição da mudança entre os níveis do PCCSs de 12 para 6%, do pagamento do difícil acesso e da regência). A medida impõe também aos novos professores um arrocho ainda maior, pois eles não poderão progredir na carreira, por formação, antes do estágio probatório de três anos. Em outras palavras: destruição de conquistas arrancadas em lutas de décadas!

Assembleia do dia 9 de agosto que deliberou um calendário de lutas

Como resposta ao severíssimo pacote de maldades, professores e funcionários ocuparam a Câmara dos Vereadores com o objetivo de suspender a votação do dia seguinte. Sob repressão, ameaças e violações do direito à dignidade humana – como ir ao banheiro e se alimentar – eles mantiveram a ocupação, criando uma grande comoção na cidade. A votação dessas medidas, seguiu à risca o receituário do golpe e do Estado de exceção: uma sessão ilegal, com o plenário ocupado, sob cerco da polícia e das suas bombas e gás pimenta, sem discussão, sem convocação de todos os vereadores, numa rápida votação de 5 minutos!

A mobilização demonstrou que é possível reconduzir o PT ao lugar de onde jamais deveria ter saído: o das lutas sociais. A ocupação da Câmara contou com a presença da juventude petista da cidade, ativamente apoiada pela presidenta do partido e de nosso deputado estadual. Um dos vereadores posicionou-se contrariamente, seguindo a tradição do PT, subindo à mesa para poder manifestar o voto contrário.

Todavia, expressando o PT que não nos serve, o segundo vereador petista votou favoravelmente ao pacote. Poderia estar confuso? Desinformado? Infelizmente, após conversas, pressões, documentos partidários, ele optou pelo enfrentamento com a categoria num embate agressivo e desrespeitoso via redes sociais. Para justificar o injustificável! Por isso, não temos dúvida: é necessária a abertura de uma comissão de ética que aprove a expulsão deste parlamentar, em rota de colisão com a história do PT e com a luta travada contra o golpismo e a retirada dos direitos previdenciários e trabalhistas dos brasileiros.

Duque de Caxias, uma cidade da Baixada Fluminense com o segundo maior orçamento do estado do Rio de Janeiro, não é um ponto fora da curva. É um sintoma do quadro atual e dos combates duríssimos em curso: para anular as conquistas obtidas com a CLT, na Constituição de 1988 e nos últimos 13 anos dos governos petistas, os partidos e os governantes golpistas não hesitarão em cercear os direitos fundamentais, nem cometer arbitrariedades para alcançar os seus objetivos.

A rede municipal continua em luta, sob Estado de Greve após duas semanas de paralisação, para que a fatídica sessão seja cancelada. Apesar da primeira derrota, a categoria permanece organizada. Discutindo com a comunidade, ela continua denunciando o real significado de um país, cuja casa-grande e seus asseclas pretendem rapidamente impor uma drástica regressão dos direitos e dos níveis de vida dos trabalhadores, para ampliar numa escala exponencial os seus lucros num mundo de capitalismo cada vez mais selvagem e em crise. ★

Izabel Cristina Costa é Diretora do SEPE e professora da rede municipal de Duque de Caxias.

Serra Talhada: 10 anos de lutas e conquistas

Divonaldo Barbosa

Serra Talhada, no interior de Pernambuco, distante 420 km da capital Recife, tem a sua história marcada como o berço do cangaço, movimento liderado por Virgulino Ferreira da Silva, vulgo Lampião. Neste pedaço do semiárido nordestino, as lutas sociais sempre foram presentes, forjando grandes lideranças da classe trabalhadora, como Vanete Almeida e Manoel Santos, militantes históricos que muito contribuíram com a organização dos movimentos populares na luta por justiça e igualdade social.

Foi neste cenário que surgiu, há 10 anos, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Serra Talhada – SINTEST, fundado em 18 de junho de 2007, nascendo do anseio dos/das trabalhadores/as em organizar-se para reivindicar coletivamente os seus direitos, em um sindicato que contemplasse todos os profissionais em educação e não apenas os professores. Desacreditado, na sua fundação, por muitos que subestimaram a força da classe trabalhadora, o SINTEST enfrentou grandes desafios, para conquistar a confiança da sua base, consolidar-se enquanto representante da categoria e assegurar a legitimidade para negociar em nome dos trabalhadores da educação do município.

No início, o sindicato teve a adesão de pouco mais de cinquenta trabalhadores na sua fundação, chegando ao extraordinário número de mais de 85% da categoria filiada a entidade, alcançando cerca de 1.050 trabalhadores da rede municipal de educação de Serra Talhada, transformando-se em referência para toda a região, não apenas pela capacidade organizativa, mas, principalmente, pela resistência e pelas lutas travadas que resultaram em conquistas que promoveram uma verdadeira transformação na vida de centenas de trabalhadores e na qualidade do ensino da rede pública municipal.

Alinhado a CUT desde a sua fundação, o SINTEST terá a sua terceira direção, eleita este ano, mais uma vez em chapa única. Comandado nos dois primeiros mandatos pelo professor Sinézio Rodrigues, signatário da Hora da Verdade e fundador da Articulação de Esquerda em Pernambuco, a entidade tem muito a comemorar, como: a criação do Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos (única categoria do serviço público municipal a gozar do PCCV), política de valorização salarial (chegando a estar superior ao piso do magistério para os professores), política de reajuste para todas as funções (assegurando salários sempre acima do mínimo), além de outras conquistas pontuais que garantem direitos para toda a categoria.

Para comemorar uma década de lutas e conquistas, o SINTEST prepara o seu segundo congresso, que deve acontecer até o início de 2018, quando também vai celebrar, finalmente, a liberação da carta sindical, publicada no Diário Oficial da União no último mês de julho, legitimando ainda mais a entidade que passa a ser, definitivamente, a única representante dos trabalhadores da rede municipal de educação de Serra Talhada.

Um dos grandes orgulhos da categoria e da direção do SINTEST foi ter conquistado a primeira cadeira de um representante do movimento sindical para a Câmara Municipal, elegendo por duas vezes o professor Sinézio Rodrigues vereador da cidade.

Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Serra Talhada, 10 anos de lutas e de conquistas! ★

Divonaldo Barbosa é militante do PT-PE

O sindicato e a questão racial

Clarice Avila

O racismo no Brasil tem uma “marca” (cor de pele) e uma origem (classe e raça), fazendo com que os setores oprimidos e explorados da classe trabalhadora (homens, mulheres, LGBTs, jovens negros e o povo originário) sejam sempre os mais prejudicados na mobilidade social e racial, permanecendo abaixo da pirâmide social, com menores salários se comparados a homens e mulheres brancos. São os mesmos que também são mortos pela PM e são alvos de balas “perdidas” nas comunidades pobres e periferias do Rio de Janeiro e do Brasil.

O governo ilegítimo de Michel Temer vem acelerando o processo de ataques neoliberais e reafirmando desigualdades para essa parcela da sociedade, com medidas impopulares que atingem diretamente aos servidores públicos e a toda classe trabalhadora. Por exemplo, a famigerada PEC 55 que congela investimentos em setores sociais e a PEC 4302, que coloca na ordem do dia a Terceirização. Além disso, a Reforma da Previdência e a Reforma Trabalhista.

Mas o SEPE (Sindicato Estadual do Profissionais da Educação), a partir de Seminários Regionais e o Estadual, reinaugurou a organização dos trabalhadores em educação pela base, entendendo que são os povos negros e originários que mais sofrerão com as medidas neoliberais desse governo usurpador. Durante muitos anos o nosso Sindicato deixou em segundo plano o debate em torno das questões de raça e gênero para além do debate de classe.

Por meio da Secretaria de Combate a Discriminação Racial do Sepe/RJ, conjuntamente com o Coletivo de Combate ao Racismo, foram realizadas nove etapas regionais do seminário “O Sindicato e a questão racial num combate real”. A décima etapa, a Estadual foi um somatório do esforço de todos os envolvidos e também o resultado de toda discussão pelos municípios do Rio de Janeiro. Essa etapa foi realizada no dia 27 de maio de 2017

Nos Seminários elencamos temas que são caros para nós, como Escola sem Partido numa perspectiva étnico racial, Leis 10.639/03 e 11.645/08, o mito da democracia racial, conjuntura política, social e econômica e a educação no Brasil, entre outros temas, num debate que possibilitou a construção de propostas que serão agregadas em várias teses do próximo Congresso do Sepe, previsto para acontecer entre os dias 28 a 30 de setembro de 2017.

Nosso objetivo nesse processo congressual é o de incorporar todas as sugestões e propostas que os Seminários Regionais e Estadual elaboraram, a fim de fortalecer a Secretaria do Combate a Discriminação Racial e normatizar os objetivos estratégicos e táticos da Secretaria e do coletivo de combate ao racismo.

Também objetivamos nessa trajetória, fazer um resgate das lutas e renovar o conceito de atuação sindical quanto a temática racial, no interior de um Sindicato que completa 40 anos de luta e propiciar momentos de interação e interseção com organismos que debatem o racismo, seja na base sindical ou popular. Entendemos que esse debate precisa ser estrutural, sob a ótica de classe, raça e gênero.

Na base reflexiva dessa nova forma de atuar na luta sindical, há alguns fenômenos sociais que precisam fazer parte do plano de lutas do SEPE, como: machismo, homofobia, violência contra a mulher, genocídio da população negra, o racismo, a marginalização social do povo indígena, as novas demandas ambientais, as especificidades da pessoa idosa e deficiente, o Projeto Escola sem Partido, Reforma do Ensino médio, dentre outras questões do contemporâneo caótico.

As etapas Regionais e Estadual do seminário apresentaram uma realidade bem conhecida pelos militantes que lutam para combater o racismo. São os jovens negros que ainda sentem-se ameaçados pela polícia que mata “pela cor padrão”. São nossos profissionais negros e indígenas que são tratados sob o olhar do racismo. E nossas crianças e jovens que ainda mais reprovam e evadem das escolas públicas que não conseguem permitir, em pleno século XXI, uma educação equânime.

Por fim, todos nós que idealizamos essa construção para dentro do SEPE, o fazemos porque acreditamos nas pessoas. Aprendemos com um dos nossos ancestrais que as pessoas não nascem odiando. Sendo assim podemos acreditar que uma sociedade mais humanizada é possível.

Por isso para o próximo semestre continuaremos investindo em formação na temática racial para a categoria; procuraremos identificar e valorizar os profissionais da educação que possuem pesquisas nessa área e também buscaremos parceria com as entidades e Universidades Públicas para o fomento de ações que contribuam para uma sociedade mais justa e menos desigual. ★

Clarice Avila é Diretora do SEPE em Barra Mansa e no RJ, professora da Língua Portuguesa e mestranda em Gestão e Políticas Públicas

Enquanto existir capitalismo, haverá luta

Plínio Pugliesi

A greve de 1917 representa um marco na história das lutas dos trabalhadores no Brasil. Destaca-se por ter sido a primeira grande experiência de organização da classe trabalhadora contra a exploração burguesa e por ter consolidado as concepções anarquistas e socialistas na orientação ideológica da classe.

Durante mais de um mês, a greve atingiu toda cidade de São Paulo e cidades vizinhas. Foi o primeiro movimento que se aproximou de uma greve geral no país.

Contexto

O mundo vivia a Primeira Guerra Mundial, entre 1914 e 1918. Coincide com o período inicial de urbanização e industrialização no Brasil e do surgimento do proletariado, que utiliza os imigrantes como principal base da mão de obra.

Pioram as condições de vida e aumenta a tensão entre patrões e trabalhadores. Gêneros de primeira necessidade, essenciais para a subsistência, ficam mais escassos e são frequentes os casos de falsificação de alimentos. A exportação de trigo para o Brasil é suspensa por países exportadores, como Estados Unidos e Argentina, disparando o preço dos produtos derivados. Os salários dos trabalhadores, já parcos, não acompanham o aumento dos preços.

Nas fábricas brasileiras, empresários usam a guerra como justificativa de dificuldades financeiras. Com as permanentes ameaças de desemprego, imigrantes e brasileiros trabalham em condições precárias, num ambiente de jornadas com mais de 10 horas diárias e cobranças por aumento da produção. Os empresários também impõem a utilização massiva de mão de obra infantil e de mulheres, contratados com salários 50% a 90% menores que o salário pago aos homens.

Na Europa, anarquistas e socialistas propagam a greve geral como tática da luta por melhores condições de vida e como forma de emancipação dos trabalhadores da dominação da classe burguesa. Esses ideais chegam ao Brasil na bagagem ideológica de muitos imigrantes italianos e espanhóis.

Na Rússia, em fevereiro-março de 1917, uma sequência de manifestações e greves derruba o czar Nicolau II. Em outubro-novembro de 1917, sob a liderança dos bolcheviques, os operários, camponeses e soldados tomam o poder. A influência da Revolução Russa é sentida em muitos países, inclusive no Brasil, com o aumento das lutas proletárias.

No Brasil, desde o segundo semestre de 1916, ligas de resistência organizam trabalho de agitação, com o objetivo de estreitar os laços políticos e de solidariedade para uma ação coletiva transformadora.

As discussões internas dessas organizações, logo, revelam os limites da luta corporativa dos sindicatos e estimulam os trabalhadores a pensarem em intervenções políticas mais amplas na estrutura social.

Nas ligas, a mobilização dos trabalhadores não se esgota em discursos e panfletos. Também busca identificar na massa outros trabalhadores que demonstrem simpatia com a causa libertária. A partir desses contatos, os dirigentes incentivam trabalhadores a formar grupos de organização da resistência nos bairros. As ligas de bairro têm como finalidade imediata melhorar as condições de vida e de trabalho do operariado, preservando a união de seus membros.

Essas ligas são organizadas

por uma comissão administrativa eleita pela assembleia geral e cada filiado contribui mensalmente com recursos que financiam, prioritariamente, as ações de organização e propaganda. Devido ao investimento intenso na organização e propaganda, as ligas passam a exercer uma posição decisiva na orientação política da classe trabalhadora.

A luta

Depois de um intenso processo de agitação e propaganda desenvolvido, entre janeiro e abril de 1917, as manifestações do 1º de maio dão os primeiros sinais que a indignação dos trabalhadores logo iria eclodir.

O Dia do Trabalhador é marcado por protestos contra a crise do pão e a exploração do trabalho de mulheres e crianças. É com essas bandeiras que anarquistas e socialistas procuram despertar os trabalhadores da apatia.

Entre maio e junho de 1917, uma sequência de greves tem início em São Paulo, na Mooca. Os tecelões da fábrica Cotonifício Crespi, diante da recusa dos patrões em negociar, cruzam os braços durante quinze dias, por aumento de salários, melhores condições de trabalho e contra o trabalho infantil. A greve encerra após conquistarem o fim da cobrança de tributos e aumento de salários. Depois dessa vitória, outros movimentos paredistas se espalharam por toda São Paulo.

Para defender seus interesses, os patrões mobilizam o governo, a força policial, juízes e imprensa. A sede da liga da resistência é fechada e líderes são presos. As arbitrariedades cometidas pela polícia aumentam os conflitos.

Com o agravamento da situação, socialistas e anarquistas formam um Comitê de Defesa Proletária (CDP), tendo como membros representantes de todas categorias, que elaboram uma pauta unificada e orientam as negociações.

A pauta unificada contém onze reivindicações, dentre elas: libertação de todas as pessoas detidas por motivo de greve; direito de associação; nenhum operário ser dispensado por participar do movimento grevista; fim da exploração do trabalho de menores de 14 anos; abolição do trabalho noturno de menores de 18 anos e mulheres; aumento de 33% nos salários menores e de 25% para os mais elevados; pagamento dos salários a cada dia 16 ou, o mais tardar, 5 dias após o vencimento; jornada de oito horas; e aumento de 50% no trabalho extraordinário.

Em 9 de julho, a polícia ataca os operários que protestavam na porta da fábrica Mariângela, no Brás. A repressão resulta na morte do jovem sapateiro espanhol José Martinez, atingido por uma bala disparada pelos policiais. Seu funeral paralisa o centro de São Paulo, atraindo uma multidão de dez mil pessoas que acompanham o enterro até o cemitério.

Após o enterro, o Comitê de Defesa Proletária faz um comício na Praça da Sé reunindo cerca de 3 mil pessoas. O ato termina com enfrentamento entre policiais e grevistas. Em solidariedade ao companheiro assassinado, operários de 54 fábricas paralisam as atividades; dois dias depois, o número de grevistas chega a quarenta mil.

Os bondes e trens têm a circulação paralisada por pedras colocadas nos trilhos, lojas ficam com as portas fechadas e o governo abandona a cidade. Apenas a distribuição de alimentos em hospitais é permitida pelos grevistas.

A polícia aperta a repressão, os enfrentamentos se intensificam e os empresários têm dificuldades de conciliar. Frente ao impasse, pela primeira vez na história do Brasil, o governo faz uma intermediação entre trabalhadores e patrões. Através de uma comissão de jornalistas criada pelo governo, é aberto um canal de negociação com o CDP.

> “A grande vitória das greves de 1917 foi o reconhecimento da organização política dos trabalhadores, que forçou os exploradores a negociarem com os exploradose”

Depois de 35 dias de greve e discussões tensas, no dia 15 de julho o governo assume o compromisso de libertar todos os presos políticos. E um grupo de empresários se compromete em atender algumas reivindicações: conceder aumento salarial de 20%; respeitar o direito de associação; não demitir nenhum operário por causa da greve; pagar os salários nos primeiros 15 dias; e cumprir a jornada de 8 horas.

No dia seguinte, os compromissos assumidos são amplamente divulgados pela imprensa. O CDP aceita a proposta de acordo e convoca os grevistas a participarem de comícios públicos para decidir a suspensão do movimento.

Após a vitoriosa greve paulista, movimentos semelhantes acontecem em Curitiba, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Recife, Salvador e outras cidades no interior dos estados.

Legado

A grande vitória das greves de 1917 foi o reconhecimento da organização política dos trabalhadores, que forçou os exploradores a negociarem com os explorados.

A disputa de classes no Brasil continua até os dias de hoje e a luta organizada dos trabalhadores também, tanto contra os patrões que descumprem direitos e acordos, quanto contra os governos que reprimem as manifestações e perseguem politicamente os sindicatos.

Cem anos depois, no século XXI, na era do capitalismo oligopolista financeiro, os trabalhadores brasileiros fazem greves gerais em defesa das mesmas concepções e pautas das greves de 1917. As mesmas lutas em uma nova era, que tem mudanças na esfera produtiva – informatização, desemprego estrutural e crescente informalidade – e com a consolidação do modelo de gestão neoliberal na esfera estatal – configurado como “estado mínimo” para promoção do bem estar social e “estado máximo” para o capital financeiro. ★

Plínio Pugliesi é técnico judiciário do Tribunal de Justiça de Sergipe e vice-presidente da CUT/SE

A INTERNACIONAL

Música: Pierre Degeyter
Letra: Eugene Pottier

Abomináveis na grandeza
Os reis das minas e da fornalha
Edificaram a riqueza
Sobre o suor de quem trabalha,
Todo o produto de sua
A corja rica o recolheu!
Querendo que ela restitua,
O povo só quer o que é seu.

Refrão:
Bem unidos, façamos,
Nesta luta final.
Uma terra sem amo,
A Internacional!

Fomos do fumo embriagados!
Paz entre nós, guerra aos senhores!
Façamos guerra de soldados!
Somos irmãos, trabalhadores,
Se a raça vil cheia de galas,
Nos quer a força canibais,
Logo verá que as nossas balas
São para os nossos generais.

Refrão:
Bem unidos, façamos,
Nesta luta final.
Uma terra sem amo,
A Internacional!

Somos os povos dos nativos.
Trabalhador forte e fecundo.
Pertence a terra aos produtores
Ó parasita deixa o mundo!
O parasita que te nutres
Do nosso sangue a gotejar,
Se nos faltarem os abutres,
Não deixa o sol te fulgurar!

Refrão:
Bem unidos, façamos,
Nesta luta final.
Uma terra sem amo,
A Internacional!

De pé! Ó vítimas da fome
De pé! famélicos da terra
A indolente razão ruge e consome
A crosta bruta que a soterra!
De pé! De pé não mais senhores!
Se nada somos em tal mundo,
Sejamos todos, ó produtores!

Refrão:
Bem unidos, façamos,
Nesta luta final.
Uma terra sem amo,
A Internacional!

Messias, Deus, chefes supremos,
Nada esperamos de nenhum!
Sejamos nós que conquistemos
A terra mãe livre e comum!
Para não ter protestos vãos,
Para sair deste antro estreito,
Façamos nós por nossas mãos,
Tudo que a nós nos diz respeito

Refrão:
Bem unidos, façamos,
Nesta luta final.
Uma terra sem amo,
A Internacional!

Crime de rico, a lei o cobre,
O Estado esmaga o oprimido,
Não há direitos para o pobre,
Ao rico tudo é permitido
À opressão não mais sujeitos!
Somos iguais todos os seres:
Não mais deveres sem direitos
Não mais direitos sem deveres!

Refrão:
Bem unidos, façamos,
Nesta luta final.
Uma terra sem amo,
A Internacional!